

Suporte às políticas públicas

Projetos aprovados consolidam parceria e iniciam pesquisas

Assegurada a viabilidade dos projetos e consolidadas as parcerias com as organizações que vão implementá-los, 18 das 61 propostas aprovadas na primeira etapa do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas (PP) passaram para a segunda fase: a da pesquisa propriamente dita. O programa foi lançado em 1998, para estimular o desenvolvimento de pesquisas focadas nas demandas da comunidade.

Todas as pesquisas que agora se iniciam têm, pelos próximos dois anos, que enfrentar o desafio de produzir e sistematizar conhecimentos, que contribuam para a definição e implementação de políticas públicas relevantes e replicáveis, e de articular o trabalho acadêmico com as demandas das comunidades. “Na primeira fase, o objetivo era consolidar o formato do programa e a relação com parceiros, de tal forma que eles participassem efetivamente do desenho da pesquisa”, diz Paula Montero, coordenadora do Programa de Políticas Públicas. Segundo ela, um importante critério para a aprovação dos projetos para a segunda fase foi a definição de um plano de transferência e divulgação científica que, encerrada essa etapa, garantisse a capacitação dos técnicos das organizações parceiras e assegurasse a continuidade do projeto, traduzido em política pública. “Os prognósticos são positivos”, avalia Paula Montero.

A parceria com instituições, governamentais ou não, é um pressuposto

básico do Programa. Esse modelo de colaboração já se revelou bem-sucedido nos programas de Parceria para a Inovação Tecnológica, de melhoria do Ensino Público e de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas.

Durante a primeira etapa do Programa de Políticas Públicas, os proponentes de cada um dos projetos pré-qualificados tiveram o apoio

federal, transfere aos governos locais a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), tarefa nem sempre realizada com sucesso pelas prefeituras municipais, já que exige capacitação para o acompanhamento de recursos repassados pela União, cálculos de gastos *per capita* e um planejamento rigoroso de investimentos. O modelo de monitoramento que o projeto preten-



STEFAN KOLUBANIPULSAR



MIGUEL BOYXAN

Guardani: projeto vai medir nível de poluição por ozônio em áreas como o Ibirapuera

financeiro da FAPESP para consolidar suas propostas. “Foram seis meses de trabalho intenso”, lembra Antonio Carlos Coelho Campino, da Faculdade de Administração da Universidade de São Paulo (USP). Ele é responsável pelo projeto que tem por objetivo avaliar e criar um modelo de monitoramento do processo de municipalização dos serviços de saúde em São Paulo e que será desenvolvido em parceria com o Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.

A municipalização da saúde, em fase de implementação pelo governo

de formular será elaborado a partir de estudos da municipalização em 16 municípios selecionados na primeira fase, classificados por tamanho de população e condição de gestão do SUS, explica Campino. “Agora, vamos



MIGUEL BOYXAN

Paula Montero: “Prognósticos positivos”

orientar o levantamento dos dados que serão coletados pelas prefeituras envolvidas no projetos e criar um modelo para apoiá-las no monitoramento deste processo”, ele explica.

Inquérito da saúde - Outro projeto aprovado na área da Saúde, coordenado por Chester Luiz Galvão Cesar, da Faculdade de Saúde Pública da USP, realizará um inquérito de saúde em cinco municípios da região da Grande São Paulo, Botucatu e Campinas, selecionados na primeira fase, em parceria com a Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria

semelhante realizado há dez anos pela Secretaria de Saúde.

O projeto coordenado por Lilia Blima Schraiber, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, também desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde, tem como foco a saúde da mulher. Por meio da avaliação de ocorrência de casos de violência doméstica e sexual entre usuários de 20 Unidades Básicas de Saúde nas cidades de Santo André, Diadema e Mogi das Cruzes, na região da Grande São Paulo, pretende desenvolver uma tecnologia de atendimento

de do atendimento e da assistência, talvez seja possível enfrentar esse fenômeno.” No primeiro dos dois anos previstos para a pesquisa, os profissionais que integram o projeto serão treinados para a aplicação dos instrumentos e pré-teste da pesquisa. “No segundo ano, analisaremos o material coletado para propor tecnologias em nível de atendimento”, afirma a coordenadora.

Educação especial - Na área de Educação, já passaram para a segunda fase do Programa quatro projetos, entre eles o coordenado por Lisete Regina Gomes Arelaro, da USP, que vai avaliar o sistema público de educação especial em Campinas, em parceria com a Secretaria de Educação do município. “Campinas tem, proporcionalmente, o maior número de professores especialistas em educação especial, mas, contraditoriamente, a rede pública do município tem apenas 200 alunos especiais contra 2.500 alunos matriculados na rede privada”, ela diz. A maioria dos professores, apesar de contratada pela prefeitura, está “emprestada” às escolas particulares de caráter filantrópico, procedimento autorizado por portaria do Ministério da Educação. “O nosso objetivo é desenvolver estratégias para ampliar o atendimento na rede pública, trazendo de volta alunos e professores”, explica. A estratégia a ser adotada prevê o desenvolvimento de um conjunto de ações que

resgatem a confiança das famílias na qualidade dos serviços prestados pela escola pública e, ao mesmo tempo, estimulem as escolas a ampliar o número de matrículas especiais. A proposta inclui até uma espécie de campanha de *marketing*, com a produção de *outdoors* e vídeos sobre os direitos dos portadores de deficiências, que serão exibidos em locais de fluxo intenso de população, como, por exemplo, terminais de ônibus urbanos.



Galvão Cesar: inquérito de saúde avaliará acesso da população aos serviços



de Estado da Saúde. Os questionários serão aplicados também na região do Butantã, na capital, área de influência do Hospital Universitário e do Centro Saúde-Escola. Além da USP, também participam do projeto a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A pesquisa, que será realizada em domicílios com uma amostra de 6.400 entrevistados, vai levantar os problemas de saúde ocorridos nos 15 dias que antecederam a aplicação do questionário e as soluções encontradas pela população. “Trabalharemos com morbidade referida e não com diagnósticos clínicos”, ressalva o coordenador. Esses resultados serão comparados com os de um inquérito

para programas de saúde da mulher. “Já existem serviços de apoio às vítimas de violência na área da Justiça, como, por exemplo, as Delegacias da Mulher. Este será o primeiro serviço na área da Saúde em todo o Brasil”, revela Lilia Schraiber.

A violência doméstica, ela diz, tem forte impacto sobre a saúde da mulher, sendo responsável por casos de insônia, depressão, infecções urinárias e até por doenças sexualmente transmissíveis. Estudos realizados na Nicarágua em 1999 indicam que este problema se reflete também na saúde das crianças. “Se melhorar a qualida-

Políticas agrícolas - Dois dos projetos aprovados têm como foco o desenvolvimento de políticas públicas nas áreas de Agricultura e Pecuária. O primeiro, coordenado por Nelson Batista Martin, do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultu-

ra e Abastecimento do Estado de São Paulo, e que será implementado em parceria com a Prefeitura de Piraju, prevê a elaboração de um plano diretor para o município. A idéia é desenvolver um sistema informatizado de análise e organização de dados para a

realização de um censo de imóveis rurais, cuja validade será testada em Piraju, mas que poderá ser utilizado em qualquer município.

Na primeira fase do projeto, constatou-se, por exemplo, a existência de um grande número de pro-

Os já aprovados para a segunda fase

COORDENADOR	INST.PROP.	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	TÍTULO
ANTONIO CARLOS COELHO CAMPINO	USP	Instituto da Saúde da Secretaria de Estado da Saúde	Avaliação do processo de municipalização dos serviços de saúde no Estado de São Paulo
CELIA REGINA DE GOUVEIA SOUZA	SEMESP/GEOL.	Secretaria do Meio-Ambiente do Estado de São Paulo	Sistema integrador de informações geoambientais para o litoral do estado de São Paulo com aplicação ao gerenciamento costeiro (SIGAL)
CHESTER LUIZ GALVÃO CESAR	USP	Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo	Inquérito de saúde no estado de São Paulo - inquérito domiciliar de base populacional em municípios do estado de São Paulo, 1999-2000.
DILZA MARIA BASSI MANTOVANI	SAGRSP/ITAL	Coordenadoria da Defesa Agropecuária	Avaliação da qualidade na piscicultura paulista I - avaliação química e microbiológica
JENER FERNANDO LEITE DE MORAES	USP	Prefeitura do município de Jundiá	Diagnóstico agroambiental para gestão e monitoramento da bacia hidrográfica do rio Jundiá-Mirim
JOYCE MARY ADAM DE PAULA E SILVA	UNESP	Prefeitura Municipal de Rio Claro - Secretaria de Educação	Subsídios para a implementação de um centro de aperfeiçoamento e inovações pedagógicas
LILIA BLIMA SCHRAIBER	PUCSP	Secretaria de Estado da Saúde	Ocorrência de casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde em São Paulo e desenvolvimento de tecnologia de atendimento para programas de saúde da mulher
LISETE REGINA GOMES ARELARO	USP	Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Campinas	Diversidade e exclusão: conhecendo melhor quem as vivencia e construindo alternativas de inclusão
MARCOS SORRENTINO	USP	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo	Avaliação de processos participativos em programas de educação ambiental: subsídios para o delineamento de políticas públicas
MARIA ESTHER FERNANDES	PART/UNAERP	Secretaria Municipal do Bem-Estar Social de Ribeirão Preto	Bairros periféricos: integração ou marginalidade? tentativa de diagnóstico do Universo de vida das camadas populares
MARTA SILVA CAMPOS	PUCSP	Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	Consolidação da política de atendimento às vítimas da violência urbana, baseada na demanda real e na ação articulada entre os diversos setores do Governo do Estado de São Paulo (Segurança, Justiça e Cidadania, Saúde e Assistência Social)
NELSON BATISTA MARTIN	SAGRSP/IEA	Prefeitura Municipal de Piraju - SP	Desenvolvimento de um sistema de suporte à elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal (PDAM).
NEWTON ANTONIO PACIULLI BRYAN	UNICAMP	Prefeitura Municipal de Vinhedo/ Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Sistematização de experiências, diagnóstico local e formulação de modelo de gestão para viabilização das novas competências do Sistema Público de Ensino Municipal no Estado de São Paulo
RAQUEL ROLNIK	PUC	Instituto Pólis - Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	Programa de capacitação de agentes públicos e sociais para a formulação de políticas locais de regulação urbanística
ROBERTO GUARDANI	USP	CETESB - Cia. de Tecnologia e Saneamento Ambiental	Desenvolvimento de tecnologia para previsão de ozônio na baixa atmosfera
SARAH FELDMAN	USP	Secretaria do Planejamento do Território e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Franca	Programas de gestão integrada para o município de Franca
SERGIO LUIZ MONTEIRO SALLES-FILHO	UNICAMP	Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Conselho Superior da Pesquisa Agropecuária	Políticas Públicas para a inovação tecnológica na agricultura do Estado de São Paulo: métodos para avaliação de impactos e priorização da pesquisa
SIGISMUNDO BIALOSKORSKI NETO	USP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP	Projeto de estabelecimento de uma política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do Estado de São Paulo.

priedades com até 5 hectares, localizadas ao longo da represa que circunda o município, um uso intenso de tecnologia de hortaliças exploradas em estufas e áreas onde prevalece o plantio do café. Informações como essas, consolidadas num banco de dados municipal, permitirá aos pesquisadores elaborar pelo menos três cenários de políticas de desenvolvimento agrícola que serão apresentados às lideranças e ao Conselho Agrícola Municipal. “Trata-se de um sistema genérico, que poderá ser adotado por qualquer município”, ele garante.

O segundo projeto aprovado na área de Agricultura e Pecuária tem como meta estabelecer política institucional para o monitoramento da autogestão das cooperativas do Estado de São Paulo. Coordenado por Sigismundo Bialoskorski Neto, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, câmpus de Ribeirão Preto, o projeto tem como parceira a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp). A proposta de trabalho é realizar um diagnóstico das 144 cooperativas agropecuárias paulistas, avaliando o grau de sucesso e a capacidade de arrecadação de cada uma delas, para quantificar o seu impacto na economia, conforme explica Bialoskorski Neto. “Os dados fornecidos pela Ocesp serão analisados por meio de Rede Neurais Artificiais (RNA), procedimento semelhante ao utilizado para medir risco de bancos e de países em desenvolvimento”, explica o coordenador do projeto.

Monitoramento ambiental - Na área de Ambiente, dois projetos iniciam, agora, a fase de pesquisa. O projeto coordenado por Jener Fernando Leite de Moraes, do Centro de Solos e Recursos Ambientais do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), realizará um diagnóstico agroambiental para a gestão e monitora-

mento da bacia hidrográfica do rio Jundiá-Mirim, que fornece 97% da água consumida na cidade de Jundiá. O parceiro, no caso, é a prefeitura do município.

“Já realizamos uma avaliação das condições de solo, dos mananciais e da preservação das matas ciliares”, afirma Leite de Moraes. Constatou-se a prevalência de matas secundárias, poluição das águas por coliformes e uma forte pressão urbana que fragiliza o sistema hidrográfico, propiciando processos de erosão. Na segunda fase do projeto, a proposta é mapear culturas e associar, por exem-

a Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb). A poluição por ozônio é de difícil controle, já que não é emitida por veículos, mas é formada por substâncias como o óxido de nitrogênio e em determinadas condições meteorológicas. Em São Paulo, por exemplo, uma das áreas com maior índice desse tipo de poluição é o Parque do Ibirapuera. “A poluição é levada pelo vento”, justifica Guardani.

Além de conhecer melhor o fenômeno da formação do ozônio na atmosfera, o projeto vai criar uma espécie de serviço meteorológico,



Lilia: Unidades de Saúde vão avaliar casos de violência doméstica contra mulheres

plo, a variação dos índices de poluição às atividades agrícolas ou industriais desenvolvidas em áreas próximas aos mananciais, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas de proteção ambiental.

Outro projeto na área de meio ambiente vai desenvolver um modelo que permitirá prever a formação de ozônio na baixa atmosfera em cidades densamente povoadas, como São Paulo. Coordenada por Roberto Guardani, do Departamento de Engenharia Química da Escola Politécnica da USP, a pesquisa será desenvolvida em parceria com

com informações coletadas nas 30 estações de medição da Cetesb, que permitirá prever a ocorrência da poluição por ozônio com, pelo menos, um dia de antecedência. “A população poderá se precaver e os riscos decorrentes da exposição, como problemas respiratórios e de pele, serão minimizados”, afirma. A segunda fase do projeto prevê, ainda, a aquisição de uma estação móvel para a medição da poluição em áreas não cobertas pela Cetesb, com recursos financiados pela FAPESP.

Ao final de dois anos, prazo previsto para a execução das pesquisas, aquelas bem sucedidas irão para a terceira fase do Programa, de implementação, de responsabilidade da instituição parceira.